

E.6.8 DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA/CONSTRUÇÃO

**BOMBEIRO
MILITAR**
MINAS GERAIS

O AMIGO CERTO NAS HORAS INCERTAS

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA/CONSTRUÇÃO

O MUNICÍPIO DE IBERTIOGA - MG, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 18.094.839/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA SEDIADA À RUA EVARISTO DE CARVALHO, 56 CENTRO IBERTIOGA ESTADO DE MINAS GERAIS, CEP 36.225-000, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SEU PREFEITO MUNICIPAL, EXMO. SENHOR. **RICARDO MARCELO PIRES DE OLIVEIRA**, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 330.162.406-53, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº M -3.048.476 SSP MG, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA EURICO VIEIRA, Nº11 - CENTRO, NA CIDADE DE IBERTIOGA-MG, E DEMAIS TESTEMUNHAS, DECLARAMOS, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CBMMG, QUE NÃO HÁ DOCUMENTOS COMPROBATORIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU CARTÓRIOS QUE COMPROVEM A DATA DA CONCLUSÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA EDIFICAÇÃO.

DESTA FORMA, NOS UTILIZAMOS DESTE INSTRUMENTO PARA DECLARAR A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO EM DATA ANTERIOR A 31/12/2016 COM A OCUPAÇÃO ESCOLAR E A ÁREA TOTAL DE 991,05 m².

DECLARAMOS ESTAR CIENTES DA RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, SOB PENA DE INCORRER NO ARTIGO 299¹ DA LEI 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

CIDADE DE IBERTIOGA, 25 DE OUTUBRO DE 2022

RICARDO MARCELO PIRES
DE OLIVEIRA:33016240653

Assinado de forma digital por
RICARDO MARCELO PIRES DE
OLIVEIRA:33016240653
Dados: 2022.10.28 12:37:17 -03'00'

PROPRIETÁRIO DA EDIFICAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBERTIOGA
CNPJ nº 18.094.839/0001-00
RICARDO MARCELO PIRES DE OLIVEIRA
CPF nº 330.162.406-53

Ramon Vinicius Ramos

TESTEMUNHA

CPF: 105278816-51

Fábio B. da Silva

TESTEMUNHA

CPF: 089.896.696-50

¹Falsidade ideológica

Art. 299— Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena — reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único— Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.